

Pressupostos de confrontação

A reação dos banqueiros internacionais, traduzida esta semana pelo "The Wall Street Journal", deixa evidente a ingenuidade da idéia sobre a qual trabalha o Governo brasileiro na formulação da sua proposta de renegociação da dívida. Ingenuidade que, aliás, foi apontada por muitos dos que, no País, incomodam-se com a escassa objetividade e o farto populismo transbordantes da política que o atual Governo vem imprimindo a esta complexa e delicada questão.

Não é razoável a idéia de que os credores possam aceitar a apropriação, pelo Brasil, de um deságio de 30 por cento da dívida e sua troca por títulos de longo prazo a juros fixos e spread zero. Ora, um acordo que inclua o deságio da dívida só é factível — fala-o o bom-senso — quando a contrapartida é o seu resgate à vista. Qual a lógica embutida numa proposta de redução pura e simples de uma dívida que não está sendo paga? A prática corrente do deságio da dívida brasileira, o mercado internacional de títulos, está relacionada com a intenção dos bancos de reduzir suas posições credoras em relação a um só país, uma forma lógica e compreensível de minimizar seus riscos. Daí porque se trocam títulos brasileiros por títulos argentinos, mexicanos, bolivianos etc, oferecendo-se diversas taxas de deságio proporcionais aos ganhos de cada um em segurança e liquidez.

A idéia em elaboração no Brasil contém, indisfarçavelmente, o pressuposto da confrontação. Vai-se jogar com a alternativa — que se supõe seja a única disponível aos credores — de salvarem os dedos para não perderem as mãos. Não há outro processo lógico para o entendimento da questão tal como está sendo posta. E nem é outro o entendimento que estamos autorizados a extrair da cadeia de fatos que vêm marcando a política

brasileira para essa questão. A moratória foi o primeiro passo. E foi também, como aliás, previmos, o primeiro fiasco. Que benefícios práticos absorvemos da moratória? Não pagamos um centavo desde então e continuamos a viver as mesmas dificuldades, as importações continuaram comprimidas, o nível de reservas, longe de aumentar, decaiu, a inflação não foi contida senão artificialmente através de métodos que nada têm a ver com a lógica da economia. Apenas vibrou-se o radicalismo interno como discurso populista.

A idéia de confrontação embutida na nova proposta aumenta a insegurança do País em relação às fontes da sua estabilidade econômica — pois não há estabilidade econômica sem comércio exterior — e aumenta também gravemente nossa própria insegurança em relação ao Governo que temos. Pouco adiantam os sinais que dá o Palácio do Planalto de seu ceticismo em relação ao plano. Cético ou não, o responsável por ele é o presidente da República, como transpira aliás daquilo que inspira sua rejeição ao parlamentarismo. O Presidente responde pelo País interna e externamente e não pode abdicar dessa responsabilidade ocasionalmente em função dos níveis de incerteza que acompanham uma ou outra circunstância. Essa debilidade estrutural do atual Governo responde, também, pela instabilidade da política econômica e pela já alta rotatividade do cargo de ministro da Fazenda, um e outro fenômenos da mesma causa, a inexistência de uma política do Governo em substituição à política do ministro, esta temporária e intrinsecamente instável.

Não pode o País, nem de longe, cultivar a temeridade de um confronto com os credores. Seja porque isto não seria sério, partindo de

um país com as responsabilidades internas e externas do Brasil, seja porque obviamente não temos estrutura econômica para resistir ao arsenal das retaliações possíveis. Não resistiríamos sequer ao bloqueio dos créditos de curto prazo indispensáveis à rotina do comércio exterior, algo que está nas mãos dos banqueiros desencadear no uso de uma prerrogativa que indiscutivelmente lhes pertence. Mas não pode, sobretudo, o País persistir nessa política de ilusionismo na qual aquilo que parece ser não o é efetivamente. Esse equívoco fundamental — o equívoco de governar por concessões ora a um ora a outro quisto ideológico interno — é que tem levado o País à sensação de ingovernabilidade que já transmite ou, alternativamente, a idéia de que o período de transição vem sendo longo demais.

Melhor faria o Presidente, na defesa daquilo que parece ser sua principal aflição, o mandato, se impusesse às forças centrifugas que apoiam um modelo de gestão governamental claro, exequível e capaz de gerar êxitos. É pelo êxito, e não pela concessão, que ele obterá os resultados que espera obter, porque estes não se produzem apenas no contexto da decisão parlamentar, mas na aceitação da sociedade. Sem esta, constituinte alguma será capaz de preservar-lhe o mandato.

O País espera que as fórmulas geniais e espertas de procedimento externo e interno sejam postas de lado, substituídas por aquelas que nos ditam a tradição das relações internacionais, do bom-senso e da boa convivência entre partes que estão determinadas pelo destino a viverem juntas e em mútua cooperação. E espera que, internamente, as dificuldades tópicas, pouco consistentes, que nos atormentam sejam enfrentadas com realismo e objetividade.